Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

PARECER JURÍDICO

O presente parecer tem origem em uma solicitação para a disponibilidade de verba pública no valor de R$ 23.325,00, referente à Emenda de Bancada nº 12, a ser utilizada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE..

A Lei nº 13.019/2014 estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. O chamamento público é o instrumento que possibilita a competição entre entidades civis sem fins lucrativos com atividades similares.

Ocorre que, em alguns casos, o chamamento público será objeto de dispensa ou inexigível tendo em vista algumas peculiaridades.

O presente caso, emendas parlamentares, é hipótese de celebração sem chamamento público, conforme artigo 29 da Lei nº 13.019/2014, que dispõe:

> Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento **que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público**, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

Portanto, aplicável a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019/2014, que expressamente refere acerca de parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária.

Da mesma forma, sendo vinculação ao próprio orçamento municipal (e não recebimento das esferas federal e estadual), têm-se o entendimento do cabimento de inexigibilidade de chamamento.

Ante ao exposto, devem ser publicadas no site oficial do Município as razões para ser inexigível o chamamento público, nos termos do artigo 32, parágrafo 1º, da Lei 13.019/2014.

É o parecer.

Encantado/RS, 15 de agosto de 2023.

Laura T. Lucca

LAURA TOGNI LUCCA,
Assessora Jurídica.
OAB/RS nº 120.876

Homologo o parecer:

JONAS CALVI,
Prefeito Municipal.